

Assembléia da Adunicamp aprova proposta de Estatuinte

A Assembléia de Docentes, ocorrida no último dia 4 de março, na sede da Adunicamp, aprovou a realização de um Congresso Estatuinte, composto por representantes de docentes, funcionários e alunos, para a elaboração de uma proposta da comunidade universitária de novos estatutos para a Unicamp. Até o momento, a única proposta existente é a que foi divulgada pela reitoria em janeiro deste ano. De um modo geral, a Assembléia avaliou que, devido à complexidade do processo de modificação dos estatutos, é necessária a abertura de um amplo debate no interior da Universidade, envolvendo todos os seus segmentos. A forma mais adequada e democrática para a realização desse debate é a organização de um

Congresso com delegações dos três segmentos para analisar teses apresentadas pelos diversos setores da Universidade, para a definição e a aprovação de uma proposta de novos estatutos que reflita os anseios da comunidade. A Assembléia autorizou o Conselho de Representantes da entidade a elaborar uma agenda de discussões e a organização de grupos de trabalho que deverão analisar os diversos aspectos da reforma estatutária e definir propostas. As entidades representativas de estudantes, funcionários e docentes deverão encaminhar ao CONSU, em sua reunião extraordinária, marcada para o próximo dia 19/3, as propostas de Congresso Estatuinte e de uma nova agenda de discussão sobre a reforma.

Redução de ICMS sobre veículos agravará a crise orçamentária das universidades

No dia 25/2, o Governador Mário Covas determinou à Secretaria da Fazenda e à Procuradoria Geral do Estado a definição de "mecanismos legais" para implementar a redução do ICMS de 12% para 9%, sobre veículos novos. Uma semana depois, fomos informados que o Governo já dispõe de um projeto de lei sobre a questão, que deverá ser encaminhado à Assembléia para votação após o dia 15/3, data do início da nova legislatura.

Com essa decisão, o governo visa honrar seu compromisso com as lideranças sindicais dos metalúrgicos do ABC de um fazer um acordo emergencial entre governos federal, estadual e montadoras para conter as demissões no setor. Como o setor automotivo é responsável por grande parte da arrecadação de ICMS, essa medida deverá produzir efeitos negativos sobre a situação financeira do Estado. Para as universidades públicas paulistas, mantidas com recursos correspondentes a 9,57% da quota parte do ICMS do Estado, o impacto dessa redução é mais um elemento importante no agravamento da situação de estrangulamento em que se encontram. Entidades representativas e lideranças sindicais de setores que serão afetados por essa decisão, juntamente com políticos da oposição ao governo, realizarão uma reunião na Assembléia Legislativa, no próximo dia 9/3, para definir um plano de ação visando impedir a aprovação desse projeto. As entidades de docentes e funcionários dessas universidades, integrantes do Fórum da Seis, deverão participar dessa reunião.

Cabe esclarecer que essas entidade não são contrárias a adoção, por parte do governo, de uma política que contenha o desemprego. O que elas defendem é que políticas dessa natureza não penalizem outras categorias de trabalhadores e não comprometam o funcionamento de instituições públicas importantes como as universidades.

O 18º Congresso do Andes

Realizou-se no período de 25 de fevereiro a 2 de março, no hotel Ponta Mar, em Fortaleza, o 18º Congresso do Andes-SN, reunindo quase 400 delegados.

As atividades do 18º Congresso foram precedidas e entremeadas por reuniões setoriais das instituições de ensino superior particulares, estaduais e federais, no dia 24 de fevereiro, e por cinco seminários, abertos ao público, que se estenderam da noite do dia 24 à manhã de 26 de fevereiro.

A plenária de abertura do 18º Congresso aconteceu no Centro de Convenções Edson Queiroz, na noite do dia 25. O professor Renato de Oliveira, presidente do Andes-SN, não presidiu a cerimônia impedido por doença, presumivelmente dengue. A presidência foi exercida pelo professor Dalton

Macambira. Havia um grande número de oradores convidados. Duas falas tiveram grande destaque: a da presidente do ADUFC (Associação de Docentes da Universidade Federal do Ceará), pela excelente qualidade e a do representante do MEC, que foi trôpego e titubeante talvez pelo fato de que parte significativa da audiência ficou em pé e de costas voltadas para o orador durante toda sua fala.

Logo na abertura do Congresso já se antevia o embate contínuo que ocorreria entre a diretoria do Andes, que havia convidado o Ministro da Educação - que se fez representar - e a oposição que não concordava com o convite.

A oposição, organizada, não participou dos seminários propostos pela diretoria por considerar que o tempo, precioso, seria melhor empregado na discussão das teses do Congresso, em particular as relativas à conjuntura nacional face à grave situação

econômica do país, com altíssimas taxas de desemprego, estagnação econômica e o retorno da inflação. Isto sem contar as ameaças iminentes à universidade pública e ao sistema de ciência e tecnologia que estão sendo sufocados por contínuos cortes orçamentários. Enquanto transcorriam os seminários, sempre com audiência numerosa, a oposição aprofundava suas análises dos temas do Caderno de Textos.

Na plenária de instalação, com início às 14 horas do dia 26, foram apresentadas duas denúncias de processo de credenciamento viciado: uma por membros da ADUFRGS (Associação de docentes da Universidade Federal de Porto Alegre) e outra por membros da ADUFAL (Associação de Docentes da Universidade Federal de

Alagoas). No primeiro caso, por rasura no livro de atas, sendo que a secretaria da ADUFRGS admitiu ter coberto o texto que estaria incorreto com corretor branco sobre o qual fez as "correções". Como a denúncia era de rasura não havia sobre o que deliberar. No segundo caso, a denúncia era de que não havia quorum estatutário para que a assembléia deliberasse. Após consultar o presidente da ADUFAL, que é membro da atual diretoria, sobre o número de presentes à assembléia, sobre o quorum (de acordo com os estatutos da AD, 5% do total de associados) e sobre o número de associados (que o tesoureiro a AD informou) ficou claro que de fato não havia quorum para deliberar, o que invalidava o credenciamento já feito dos delegados da assembléia da ADUFAL. O mal estar foi geral. A mesa argumentava que à diretoria cabe efetuar o credenciamento mediante a apresentação de um rol de documentos que

"Logo na abertura do Congresso já se antevia o embate contínuo que ocorreria entre a diretoria do Andes, que havia convidado o Ministro da Educação e a oposição que não concordava com o convite."

▶ não inclui o quorum mínimo para deliberação de cada assembléia, o que é correto. Deselegantemente afirmou que a assembléia da ADUSP (que teve quorum mínimo para deliberação) havia eleito uma delegação com número de delegados superior ao número de presentes à assembléia (posteriormente desculpou-se pela revelação extemporânea) e que nem por isso houve qualquer questionamento. Encaminhou-se que face ao vício do processo, apurado através da denúncia posterior ao credenciamento, a diretoria deveria cancelá-lo. A mesma não aceitou este encaminhamento e bateu na tecla de que somente a faria se o plenário decidisse, por votação, pelo descredenciamento. E foi assim que o plenário impôs à diretoria que esta cumprisse seu dever descredenciando os delegados da assembléia da ADUFAL.

Os trabalhos do 18º Congresso desenvolveram-se, a partir da plenária de instalação, até às 8 horas da manhã do dia 2 de março, virando a noite do dia 1. As teses defendidas pela oposição foram sistematicamente vitoriosas pois ela contava com 2/3 dos votos de delegados. Na madrugada de 2 de março, lá pelas 4 horas, chegou ao ápice a confusão. A oposição acusava a mesa de manipulação pois estavam embolados em uma única votação três documentos distintos. Um era o relatório da comissão nomeada no CONAD de Belo Horizonte para analisar acusações de adulteração por parte do governo do documento final elaborado pela Comissão que assessorou o MEC na elaboração de proposta de regulamento da GED (Gratificação de Estímulo à Docência, dos docentes das universidades federais). Outro era uma moção de crítica à diretoria do Andes por ter confessadamente negociado com o governo mudanças no mencionado documen-

“As teses defendidas pela oposição foram sistematicamente vitoriosas pois ela contava com 2/3 dos votos de delegados.”

to. O terceiro era outra moção de crítica à diretoria, desta vez por ter ido negociar com o reitor imposto pelo MEC à UFRJ sem que fosse dado conhecimento prévio à ADUFERJ. O plenário votou contra as três propostas em protesto pelo que entendia ser uma manipulação. Vários delegados a quem a diretoria é simpática abandonaram o plenário numa tentativa de esvaziamento e em seguida foi alegada a falta de quorum. Num ápice de agitação a sessão foi suspensa. Foram convocados, através de amigos, inúmeros delegados doentes (grassava uma virose entre os delegados)

que disciplinadamente garantiram o quorum. Assim, às 4h30 do dia 2 de março, foram reiniciados os trabalhos e o bloco de três documentos (relatório e duas moções de crítica) foi aprovado em bloco, por

cerca de 90% dos presentes. Lá pelas 8 horas do dia posterior ao previsto encerrou-se o Congresso. Ganhou a oposição. Em tempo: a confusão continua. Em sintonia com a divisão o jornal “Diário do Nordeste” publica em sua edição de 2 de março, sob o título “Congresso da Andes opõe-se à política de Fernando Henrique”: *“...Ficou patente o predomínio da oposição sobre a atual diretoria da Andes, o sindicato nacional dos professores. Tanto que o presidente da entidade, Renato de Oliveira, declarou que não implementará as decisões na exata direção definida pelo plenário. A seu ver, predominou ‘a oposição simplista do ‘fora FHC, fora FMI, não pagamento da dívida interna e externa’”*. Esta matéria levou a diretoria da Andes-SN a distribuir nota datada de 3 de março em que declara publicamente ser *“dever da direção do sindicato encaminhar as deliberações do 18º Congresso da Andes-SN realizado entre 25 de fevereiro e 2 de março de 1999”*.

Nova Canudos

No início do mês de fevereiro, aproximadamente mil famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ocuparam a Fazenda Engenho D'Água, de 10 mil hectares, em Porto Feliz (SP), próximo a Socoraba. Segundo Gilmar Mauro, um dos líderes do MST, em entrevista ao STU, eles decidiram ocupar a fazenda porque a Companhia União, proprietária da área, possui mais de 21 mil hectares na região, e embora plante cana-de-açúcar, a propriedade não leva em consideração dois dos três aspectos que a torna passível de desapropriação para fins de reforma agrária: a área não obedece as mínimas condições de preservação ambiental. "Os rios estão assoreados e não há reserva nativa de 20% da área, é um mar verde de cana", afirma Mauro.

O outro aspecto levantado por Mauro diz respeito às leis trabalhistas: "Nós temos informações de que houve trabalho semi-escravo nessa propriedade. Várias pessoas que estão acampadas hoje aqui, trabalharam nessa condição e tem recortes de jornais que comprovam os maus tratos aos trabalhadores e o desrespeito aos direitos humanos por parte dos proprietários da terra", diz Mauro. Além disso, a Companhia União tem uma dívida de cerca de R\$ 100 milhões com o Banco do Brasil. "Nós temos um acordo político com o presidente da República, estabelecido em 97, de que as áreas de devedores do Banco do Brasil podem ser aproveitadas para reforma agrária como forma de ressarcir os cofres públicos. Em havendo dívida, que ela seja paga em terra e essas terras distribuídas para o povo", informa Gilmar Mauro.

O líder do MST acredita que uma das saídas para resolver o problema do desemprego nessa região é a distribuição de terras para famílias de trabalhadores desempregados, sejam eles urbanos ou rurais. Boa parte dos trabalhadores que participam da ocupação em Porto Feliz, batizada de Nova Canudos, tem origem urbana, a maioria desempregados. Representantes do Fórum das Seis já visitaram o acampamento para manifestar o apoio da comunidade universitária. Os acampados também estão precisando de roupas, alimentos não perecíveis, lonas, remédios e material escolar. As contribuições podem ser enviadas às entidades que compõem o Fórum das Seis (Adunicamp, Adunesp, Adusp, STU, Sintusp, Sintunesp e Centro Paula Souza) e para as entidades estudantis.

Carteiras da Adunicamp

As novas carteiras dos associados da Adunicamp estão disponíveis para retirada na sede da entidade.

Novos cartões da Unimed

Os novos cartões da Unimed estão disponíveis para troca. Alertamos que os cartões antigos perderão sua validade no próximo dia 31 de março de 1999. Na ocasião da troca dos cartões solicitamos o preenchimento do cadastro solicitado pela Unimed (leia abaixo).

Recadastramento Unimed

A nova Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que dispõe sobre a Regulamentação dos Planos de Saúde, no seu artigo 20, determina a obrigatoriedade do fornecimento pelas cooperativas de planos de saúde, periodicamente, ao Ministério da Saúde e à SUSEP, informações e estatísticas, inclusive as de natureza cadastral, que permitam a identificação de todos os **usuários titulares e seus dependentes**, incluindo o número do CPF (Cadastro de Pessoas Físicas), e seus endereços residenciais completos. Para cumprir a legislação, a Unimed solicita de seus usuários o cadastro completo e atualizado, incluindo o número do CPF dos titulares e seus dependentes. A Adunicamp receberá esse cadastro juntamente com a entrega dos novos cartões da Unimed durante o mês de março.

Comprovante de pagamentos para IR/99

Os comprovantes correspondentes aos pagamentos, durante o ano de 1998, da Unimed, CDA e Uniodonto também já estão disponíveis.